



# 29 de abril: Dia de PARALISAÇÃO



## Próxima Assembleia Geral

dia 29 de abril, 14h30

Fórum Trabalhista Ruy Barbosa  
Av. Marques de São Vicente, 235

10.04.14 - Assembleia da JT Barra Funda



10.04.14 - Em Santos, servidores fazem ato em frente à JF

## Categoria fará nova paralisação de 24h, em todo o estado, e assembleia geral

Os servidores do Judiciário Federal de São Paulo fazem 24 horas de paralisação em 29 de abril, quando uma nova assembleia vai definir a data de início da greve por tempo indeterminado. Na ocasião também serão eleitos os(as) delegados(as) do Sintrajud à Reunião Ampliada da Fenajufe, que acontecerá no dia 10 de maio de 2014, às 10 horas, em Brasília (ver edital da assembleia na página 3).

A paralisação foi definida na assembleia geral do último dia 10, realizada no fórum trabalhista Ruy Barbosa, que também aprovou o estado de greve e indicou 7 de maio como provável data para a deflagração da greve por tempo indeterminado.

Na assembleia, a categoria reforçou a importância da unidade com os servidores do Judiciário Federal e com os demais segmentos do funcionalismo público. “São Paulo é importante, mas não resolvemos [essa campanha] sozinhos”, disse Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud e da Fenajufe.

“As nossas mobilizações vão fortalecer a mobilização de outras categorias”, afirmou Cléber Borges Aguiar, diretor da Fenajufe e do Sintrajud, referindo-se aos policiais federais, professores universitários e os técnicos administrativos das universidades federais. Ele considera que a proximidade da Copa do Mundo dão força à luta dos servidores públicos.

Mesa de negociação com o STF começa dia 9 de maio - **Pág. 3**

Data-base é pauta da campanha salarial unificada - **Pág. 6**

Oficiais de Osasco: sindicato cobra medidas contra excesso de trabalho - **Pág. 7**

# Sintrajud apresenta manifestação no STJ pela isenção de IR sobre adicional de férias

Juízes federais estão livres da cobrança desde junho do ano passado e agora falta isentar os demais trabalhadores

O Sintrajud e outros sindicatos de servidores protocolaram manifestação no Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de uniformizar o entendimento da Corte sobre a isenção de imposto de renda sobre o adicional de 1/3 de férias. A manifestação, com uma síntese de fundamentos, foi motivada pela admissão da Petição nº 10397 pelo STJ.

Em junho do ano passado, a Justiça Federal isentou os juízes federais da cobrança, ao julgar ação movida pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). A juíza federal Maria Cândida Carvalho Monteiro, da 17ª Vara Federal em Brasília, acatou o argumento de que o adicional de férias constitui uma parcela com “evidente caráter indenizatório”. Os juízes também conseguiram o direito à restituição dos valores pagos nos cinco anos

que antecederam a ação.

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) obteve em outubro a mesma isenção para os juízes e desembargadores de Minas Gerais. Todos os demais trabalhadores, porém, continuam pagando o imposto de renda sobre o adicional de férias.

## Ação do Sintrajud

Segundo o advogado Rudi Cassel, da assessoria jurídica do sindicato (Cassel & Ruzzarin Advogados), o STJ passou a considerar o adicional como parcela indenizatória em petições que trataram da base contributiva previdenciária. Cassel esclarece que o mesmo entendimento deve servir para o imposto de renda, evitando a cobrança.

Desde que houve a mudança da jurisprudência, os sindicatos discu-



tem o tema na via judicial, inaugurando a tese da impossibilidade do desconto. O Sintrajud ajuizou ação em outubro, pleiteando a isenção

para os seus filiados. A intervenção na Petição 10397 procura garantir a análise dos argumentos favoráveis aos servidores.

## Estudo mostra que despesas de pessoal do Judiciário estão abaixo do limite

Valor não utilizado é mais do que suficiente para cobrir os custos do PCS IV

É possível aumentar substancialmente o quadro de servidores do Poder Judiciário da União (PJU), bem como elevar a remuneração dos trabalhadores, seja pela revisão anual da remuneração, seja pela criação de uma nova carreira aos servidores. A conclusão é do estudo realizado pelo economista Washington Luiz Moura Lima, que assessora o Sintrajud, com base em dados referentes à execução das despesas de pessoal do PJU e da Justiça do Distrito Federal e Territórios (JDFT) e ao limite de gastos permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

De acordo com o estudo, entre os anos de 2003 e 2013 houve, de uma maneira geral, redução nas Despesas Líquidas de Pessoal (DLP) em relação às Receitas Correntes Líquidas (RCL), notadamente a partir de 2009, quando o percentual de comprometimento foi de 3,641%, caindo em 2010 para 3,3118%, com nova queda em 2011 para 3,0092%, descendo ainda mais em 2012 para 2,8736%. Já em 2013, houve uma mínima elevação para 2,938%. O limite do Poder Judiciário Federal é de 6%, mais 0,275% da Justiça do DF e Territórios, no total de 6,275%.

A diferença entre o que é utilizado pelo Judiciário e o permitido pela LRF acumulou R\$ 146,9 bilhões entre 2003 e 2013, mesmo com a elevação substancial do quadro de servidores ativos no período - que subiu de 82.057 em 2003 para 109.475 em 2013, um aumento de 33% no efetivo, segundo dados do boletim estatístico de pessoal do MPOG de janeiro de 2014.

Para se ter uma melhor noção da proporção desses valores em relação aos limites não utilizados, em 2013 o valor não utilizado do limite de R\$ 21,5 bilhões daria para cobrir em quase quatro vezes o custo integral e sem parcelamento do PCS IV. Segundo o economista, a falta da revisão anual das remunerações e de um plano de carreira nos próximos anos fará reduzir ainda mais as despesas líquidas de pessoal em relação às receitas correntes líquidas.

Os recursos, que poderiam ser destinados às despesas de pessoal e que não foram utilizados, acabam desviados para outros gastos do governo, como o pagamento da dívida aos bancos e especuladores e incentivos fiscais aos grandes empresários, que consomem anualmente centenas de bilhões do orçamento.

## Prazo para quem quer entrar na nova ação dos Quintos vai até 25 de abril

Servidor tem de enviar autorização ao Departamento Jurídico do Sintrajud para participar da ação coletiva e pleitear o passivo

O Sintrajud prorrogou até o dia 25 de abril o prazo para o recebimento de autorizações dos filiados que quiserem participar da nova ação coletiva que pleiteia o pagamento do passivo dos Quintos. A prorrogação atende aos pedidos de vários servidores que estavam em férias, afastados ou que só souberam desta demanda recentemente.

“Devido a esses pedidos, o Sindicato decidiu aguardar a chegada das autorizações por algum tempo, mas era necessário estipular um prazo final para dar andamento à ação”, disse o advogado César Lignelli, do Departamento Jurídico do Sintrajud.

O Departamento vai ingressar com nova ação coletiva para os servidores de 1ª e 2ª instâncias da Justiça Federal que exerceram função de confiança entre abril de 1998 e setembro de 2001 e que têm direito ao pagamento dos quintos incorporados por força da MP 2221, de setembro de 2001. A ação será ajuizada no dia 5 de maio.

### Prazo final

Desde o final do ano passado, o Sintrajud vem divulgando a nova ação coletiva, para fechar a lista dos participantes. Ao longo desses últimos meses, porém, servidores pediam que a lista não fosse fechada, para que tivessem tempo de enviar as autorizações.

Os servidores do TRF e da JF que não estão na ação do Sintrajud de 2004 e que têm quintos a receber devem enviar ao Departamento Jurídico do Sindicato, até 25 de abril, a autorização individual para a representação processual. Quem não for filiado deve, antes, assinar a filiação.

**Acesse no site do Sintrajud o modelo de autorização. O endereço é: <http://migre.me/iNPxK>**

# STF marca 1ª reunião da mesa com Fenajufe para 9 de maio

STF aceitou instalar comissão de negociação em meio a maior pressão dos servidores, que preparam greve para romper com “reajuste zero”

Por Hécio Duarte Filho

A primeira reunião da mesa de negociação a ser instalada no Supremo Tribunal Federal será no dia 9 de maio, em Brasília. A Fenajufe defendia antecipá-la, mas o diretor-geral do STF, Miguel Fonseca, alegou dificuldades para isso por conta dos feriados e da indicação dos nomes pelos tribunais. O grupo de trabalho será formado por representantes dos tribunais e conselhos superiores, por um lado, e dos servidores do Judiciário Federal, por outro.

A reunião ocorrerá em uma semana que promete ser movimentada para os servidores em Brasília - o funcionalismo federal planeja para o dia 7 de maio uma marcha, da qual os sindicatos e a federação do Judiciário Federal e do MPU devem participar.

Os trabalhadores das universidades federais, em greve, jogam peso na preparação da marcha, ao lado

de outros segmentos dos serviços públicos. No dia 9, acontecerá ainda a próxima reunião do Grupo de Trabalho sobre carreira da Fenajufe.

### Coordenador é o mesmo de 2002

A formação da mesa ocorre oito meses após ser reivindicada pela Fenajufe, mas é vista por dirigentes sindicais como um avanço decorrente da mobilização. Depois de realizarem paralisações e atos, os trabalhadores preparam greve para o final de abril e início de maio. O movimento integra a campanha salarial unificada do funcionalismo, que tem a data-base e a revisão salarial como principais reivindicações.

O STF designou Rubens Dusi para coordenar os trabalhos da mesa. Ele é do quadro do Tribunal Superior Eleitoral e atualmente integra a assessoria da administração do STF. É a segunda vez que ele assume tal tarefa pelo Supremo. Em 2002, coordenou a comissão que elaborou a proposta que deu origem à reestruturação do plano de



08.04.14 - Reunião na qual o STF comunicou à Fenajufe a criação da mesa de negociação

cargos e salários, o PCS-2. O projeto, aprovado sob pressão dos servidores e de greve, foi o que mais valorizou o salário-base dentre os três planos até hoje implantados.

Não está definida qual será a composição total da mesa e nem o seu cronograma. Mas já está assegurada a participação da comissão de negociação da Fenajufe, composta por quatro dirigentes da entidade.

“Nossa prioridade neste primeiro momento é tratar da [atualização] da tabela salarial para rápido encaminhamento ao Congresso. Em seguida temos que nos debruçar sobre os outros itens, como a carreira e as condições de trabalho”, disse Adilson Rodrigues, coordenador da Fenajufe e diretor do Sintrajud.

De acordo com o diretor-geral do STF, o tribunal cogita enviar um substitutivo ao projeto de lei que se encontra na Câmara, o PL 6613/2009.

**Pressa de Barbosa e veto de Dilma**  
A decisão do presidente do STF,

Joaquim Barbosa, de instalar a mesa de negociação foi tomada após fortes manifestações da categoria. Houve paralisações e atos em vários estados no dia 10 (ver págs. 4 e 5), precedidos por um protesto em frente ao STF, em Brasília, no dia 2.

A formação da mesa vem com atraso, mas é vista como um primeiro passo numa jornada que não será fácil. Segundo Fonseca, o presidente do STF, que deixa o cargo em novembro, espera que os trabalhos sejam concluídos em pouco tempo.

Mas os desafios estão só começando. Há informações de que o presidente do STF teria conversado, sem sucesso, com a presidente Dilma Rousseff (PT) sobre a antecipação da parcela da GAJ de 2015 - um dos itens da pauta emergencial dos servidores.

O episódio ilustra dois desafios a serem superados pelo funcionalismo: o veto do governo petista a qualquer reajuste salarial e a falta de vontade do presidente do STF em defender a autonomia do Judiciário.

## TRT-2 devolve IR sobre atrasado de reenquadramento

Sintrajud cobra pagamento para servidores da JF e TRF-3

Os servidores da JT da 2ª região recebem no contracheque deste mês a devolução do Imposto de Renda cobrado sobre os atrasados do reenquadramento.

Um ofício expedido pela secretaria de gestão de pessoas em 28 de fevereiro informava que o estorno seria creditado a partir de março. O recálculo do imposto ocorreu em resposta ao requerimento protocolado pelo sindicato no TRT-2.

### Sintrajud cobra pagamento na JF

Os servidores da JF/TRF-3 ainda não receberam o passivo. Em reunião com representantes da Fenajufe em março, o secretário de Orçamento e Finanças do Conselho de Justiça Federal (CJF), Gustavo Bicalho Ferreira da Silva, disse que o orçamento da JF para este ano não tem recursos nem mesmo para pagar os salários já reenquadrados a partir de outubro passado.

Em 2014, a dotação da JF para despesas de pessoal e encargos sociais é de R\$ 6,848 bilhões, montante 14,69% superior ao de 2013.

“Continuamos insistindo junto aos presidentes do CJF e do STJ para buscar recursos nos orçamentos dos órgãos e eventuais suplementações no orçamento do governo para assegurar o imediato pagamento deste passivo nos mesmos moldes do que já foi determinado para os servidores do CJF e do STJ”, disse o diretor do Sintrajud e da Fenajufe Adilson Rodrigues.

A direção do Sintrajud se reuniu com o diretor-geral do TRF-3, quando voltou a cobrar o pagamento do passivo. “Queremos que a direção [do TRF-3] se empenhe na liberação dos recursos junto ao governo e ao CJF”, disse Cléber Borges Aguiar, da direção do Sintrajud e da Fenajufe, durante a reunião.

Leia mais nas páginas 6 e 7

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINTRAJUD/SP, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (artigo 38), faz saber que realizará ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no próximo dia 29 de abril de 2014, a ser instalada às 14h30, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número, no saguão da Barra Funda, situado na Avenida Marquês de São Vicente, 235, Barra Funda, São Paulo/SP. PAUTA:

1. Informes da Campanha Salarial Unificada e calendário de mobilização;
2. Deliberar proposta de paralisação por tempo indeterminado a partir de 07 de maio;
3. Eleição dos(as) delegados(as) do SINTRAJUD à Reunião Ampliada da Fenajufe, que acontecerá no dia 10 de maio de 2014, às 10 horas, em Brasília;
4. E, outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 22 de abril de 2014

Adilson Rodrigues Santos - Inês Leal de Castro - Coordenadores Gerais  
Tarcísio Ferreira - Maria Angélica Olivieri - Coordenadores Executivos

# Dia de Paralisação em SP: adesão na capital, Baixada e interior

Categoria para por 24 horas em 29 de abril. Assembleia indicou início da greve por tempo indeterminado para 7 de maio

Os servidores do Judiciário federal em São Paulo se organizam para entrar com força na campanha salarial unificada. No dia 10 de abril, a categoria mostrou que está disposta a ir à luta para pressionar o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, e a Presidente da República Dilma Rousseff (PT) a abrirem negociações efetivas.

No fórum trabalhista Ruy Barbosa, o maior do Brasil, a adesão à paralisação fechou 52 balcões, dos 90 do prédio. "Acho que a adesão está ótima por ser um primeiro dia. Ela reflete a indignação com as condições de trabalho", disse o diretor de base do Sintrajud e servidor do Ruy Barbosa Marcus Vergne.

Também houve paralisações no prédio do TRT-2, na av. Rio Branco, na Justiça Fe-

deral, no TRF-3 e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP). Em cidades importantes da Grande São Paulo também houve adesão ao dia de luta, como na JT de Barueri e de Ferraz de Vasconcelos.

### Reivindicações da categoria

Do ministro Joaquim Barbosa, a categoria cobra efetiva negociação em torno das reivindicações específicas da categoria. Daí a importância de intensificar o trabalho de mobilização da categoria, pois o STF aceitou instalar mesa de negociação com a participação dos tribunais, conselhos superiores e representantes dos servidores.

Da presidente Dilma, as diferentes categorias dos servidores públicos exigem respeito à data-base e uma política permanente de valorização salarial, entre outros pontos.



Jesus Carlos

Assembleia setorial na Justiça Federal



Joca Duarte

Assembleia geral no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa



Sintrajufe/RS

Ato realizado pelos servidores do RS

A mobilização dos servidores públicos federais para adesão à greve por tempo indeterminado se alastra por todo o país. Nos últimos dias 9, os servidores do Rio Grande do Sul fizeram uma caminhada da Receita Federal até o Palácio Piratini, em Porto Alegre, onde se uniram aos estaduais para a realização de ato público. Em frente ao TRT, trabalhadores da CEEE em greve trancaram uma das pistas da avenida Praia de Belas, em uma vigília para acompanhar a audiência de conciliação.

Em assembleia geral convocada pelo Sindjufe-MT, os trabalhadores definiram por unanimidade paralisar as atividades a partir de 29 de abril. Os diretores estão realizando uma intensa mobilização distribuindo panfletos nos fóruns convocando os trabalhadores para a greve. Na Bahia, os servidores realizaram no dia 8 um ato público unificado no TRT5 (Comércio). Os servidores da Justiça Federal no estado também deliberaram por entrar imediatamente em estado de greve, ressaltando ser inaceitável a posição do Ministério do Planejamento de se recusar a discutir melhorias salariais e de condições de trabalho.

No mesmo dia, os sindicatos Sinsejuf/RO, Sinsjustra/RO-AC e Sindjero/RO participaram do Ato Nacional de Paralisação dos Servidores Públicos Federais no hall de entrada da sede do TRT-14, em Porto Velho. No Pará, o Sinjuf-PA/AP realizou um ato com paralisação de duas ho-

ras em frente ao TRE. Em Brasília, foi aprovada paralisação de 24 horas no dia 29, com assembleia ao final do dia.

## Baixada Santista

Lynira Sardinha, da JT de Cubatão e diretora de base do Sintrajud, explicou que a boa adesão que houve na Baixada Santista é resultado de um trabalho que vem sendo feito ao longo do tempo: "Temos feito vários arrastões de convencimento", disse.

A paralisação na Baixada teve adesão dos servidores da JF e dos JEFs (Juizados Especiais Federais) de Santos e São Vicente e da JT na Praia Grande, São Vicente, Guarujá e Cubatão. Ao meio-dia, as escadas do fórum federal de Santos foram tomadas

pelos servidores, que realizaram um grande ato, com a presença de outras categorias.

"Estamos no caminho certo, pois é fundamental manter a categoria organizada, unida e mobilizada, o que deve ser feito em conjunto com o esforço de fortalecer a campanha salarial unificada do funcionalismo. Não podemos perder de vista que a data-base é fundamental para manter o poder de compra de qualquer tabela" disse Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud e da Fenajufe.



Marcela Mattos

Assembleia setorial na Justiça Federal de Santos



Joca Duarte

Votação durante a assembleia geral no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa

## Marília e Ourinhos

Em Marília, a categoria parou entre 14h e 17h, realizando um ato às 15h, que teve a participação da AGU, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério

Público Federal, Justiça Eleitoral e Receita Federal. "Durante o ato, relembramos as reivindicações comuns aos Servidores Públicos Federais (data-base, reposição sa-

larial, melhores condições de trabalho) e reforçamos a necessidade de uma campanha conjunta", conta o servidor João Carlos, que é diretor de base do Sintrajud.

Os servidores vão fazer uma nova assembleia no dia 22 para deliberar sobre o indicativo de greve. Também houve paralisação em Ourinhos.



Carol Ayrosa

Assembleia setorial no TRE-SP



Divulgação

Servidores da JF de Ourinhos



Divulgação

Mobilização na JF de Marília

## Argentina vive dia de greve geral

Divulgação



Em 10 de abril, a Argentina viveu um dia de greve geral convocado pelas centrais sindicais do país. O protesto, ao qual aderiram os sindicatos dos transportes públicos e associações de caminhoneiros e servidores públicos, tinha como bandeira o pedido de reajuste dos salários e uma redução dos altos impostos que incidem sobre a renda, após uma desvalorização do peso argentino de 35% em 12 meses.

A greve começou com a interrupção das atividades nos postos de combustível e no transporte público. Várias avenidas importantes e acesso à capital Buenos Aires foram interrompidos. Viagens de trens, metrô e ônibus foram suspensas e a malha aérea também foi afetada. O governo afirmou que o protesto teve motivos políticos e não sindicais.



# Eleições: estão abertas as inscrições de chapas

Período encerra no dia 28 de abril. As eleições acontecem nos dias 28 e 29 de maio



Estão abertas as inscrições de chapas concorrentes às eleições para a Diretoria Executiva do Sin-

trajud. No período de 14/04/2014 a 28/04/14 a secretaria do sindicato estará aberta para recebê-las das 11h às 19h. A ficha de inscrição e a autorização/pedido de inscrição em chapa já estão disponíveis para download no site do Sintrajud.

As eleições acontecem de nos dias 28 e 29 de maio de 2014 e serão realizadas em todos os locais de trabalho das Justiças Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar - onde tenham sindicalizados - e na sede e subseções do sindicato, sempre obedecendo o horário de expediente de cada local.

Poderão votar e ser votados todos

os que tenham se sindicalizado até o dia 28/03/14 e que estejam em pleno gozo dos direitos sociais, quites com a tesouraria do Sintrajud e que não tenham sofrido qualquer punição prevista no estatuto deste sindicato, no período anterior a um ano do pleito. Os aposentados filiados votarão na sede e subseções do sindicato ou através de "voto em separado" em qualquer local de votação.

No dia 07/05/14, acontece uma Assembleia Geral para Eleição da Comissão Eleitoral, às 19h, no auditório do SINTRAJUD/SP (Rua Antônio de Godoy, nº 88, 15º andar.).

## Dia 24, na JT, tem palestra sobre assédio moral

Margarida Barreto fala sobre o tema em evento que faz parte da campanha do Sindicato



Dando continuidade à campanha de combate ao assédio moral, o Sintrajud vai realizar mais uma palestra sobre o tema. Desta vez o evento será no fórum trabalhista Ruy Barbosa, em 24 de abril. Programada para começar às 18h30, a palestra será com a doutora Margarida Barreto, uma das maiores especialistas em assédio moral no país.

A atividade faz parte da campanha de combate ao assédio moral que o Sintrajud vem desenvolvendo. Além do ciclo de palestras nos principais prédios da capital e em cidades do interior, o Sindicato editou uma cartilha e distribuiu o diário do assédio moral à categoria; trata-se de uma importante ferramenta para registrar os casos de assédio moral.

### Quem é Margarida Barreto

Criadora do site [www.assediomoral.org.br](http://www.assediomoral.org.br), Margarida foi a introdutora do tema no Brasil, quando estudou o processo de humilhação a que eram submetidos os trabalhadores das indústrias químicas de São Paulo. O estudo resultou na obra: Uma jornada de humilhações. Margarida é autora de vários livros sobre o tema.

### Quando:

24 de abril, às 18h30.

### Onde:

Auditório do 1º subsolo do Fórum Ruy Barbosa.  
Avenida Marques de São Vicente, 235, Barra Funda.

## Participe das atividades do grupo de teatro

Além de oficinas teatrais, os servidores podem participar de seminários sobre o pensamento filosófico e teatro ocidental

Você sabia que o Sintrajud possui um grupo de teatro? Em atividade desde 2008, o Grupo Erga Omnes trabalha a partir do ideal de falar dos problemas da humanidade por meio da expressão artística. Ao longo dos anos foram apresentadas várias peças na cidade de São Paulo, entre elas: Uma jornada de humilhações; Nas sombras das cidades; Nas sombras da cidade II; Liberdade, liberdade; e O Mendigo ou o Cachorro Morto.

Todos os sábados, das 15h30 às 17h, os integrantes se reúnem no auditório do Sindicato (Rua Antônio de Godoy, 88, 15º andar) para participar da Oficina Livre de Teatro, ocasião em que aliam a teoria e prática da expressão teatral e preparam a sua futura montagem. Os ensaios vão das 17h às 20h.

Também aos sábados, o grupo promove os seminários "O pensamento filosófico" e o "Teatro Ocidental", que estão com as inscrições abertas. Qualquer servidor, sócio



16.12.2013 – Grupo Erga Omnes durante apresentação da peça "Alma secreta" para os servidores do TRF-3.

ou não sócio do sindicato, é convidado a participar. Basta procurar o diretor do grupo, Jairo Cesar Maciel, nos dias de encontro.

Para quem tem as tardes de quarta-feira livre, durante a reunião do

Núcleo dos Aposentados (NAS), também são ministradas aulas de dança, a partir das 16h30, e oficinas de teatro, a partir das 15h. As duas atividades são abertas a toda categoria. Participe!